

INFORME JB

■ MAURÍCIO DIAS

A demora do governo em regulamentar as reformas econômicas aprovadas a toque de caixa no Congresso começa a provocar inquietação entre alguns aliados do governo.

Teme-se a síndrome da Constituição de 1988, que até agora anda à espera de leis complementares para que, a rigor, fique concluída.

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) começa a bater nesta tecla. Mas insere sua crítica numa perspectiva de um "aliado do presidente Fernando Henrique Cardoso e não como um adversário".

— O povo precisa começar a sentir o calor das reformas, que foram aprovadas e vendidas como mudanças fundamentais para a estabilização da economia — observa.

De fato, sem as regulamentações é como se nada tivesse sido feito. Para quem se empenhou, arregimentou aliados, persuadiu adversários e vendeu ao público o projeto de reformas, resta por enquanto um vazio.

O senador Antônio Carlos Magalhães volta à cena:

— O governo tem uma responsabilidade perante a nação. Sei que isto não acontece por decisão do presidente. Mas ele precisa ficar atento.

ACM não perdeu a calma. Mas na perspectiva de muitos outros aliados do governo — aqueles que muitas vezes sufocaram a convicção pela fidelidade —, a contradição da situação provoca, com rapidez, a mudança do tom de perplexidade para o da indignação. Afinal, se era tudo tão urgente, por que as leis complementares demoram?